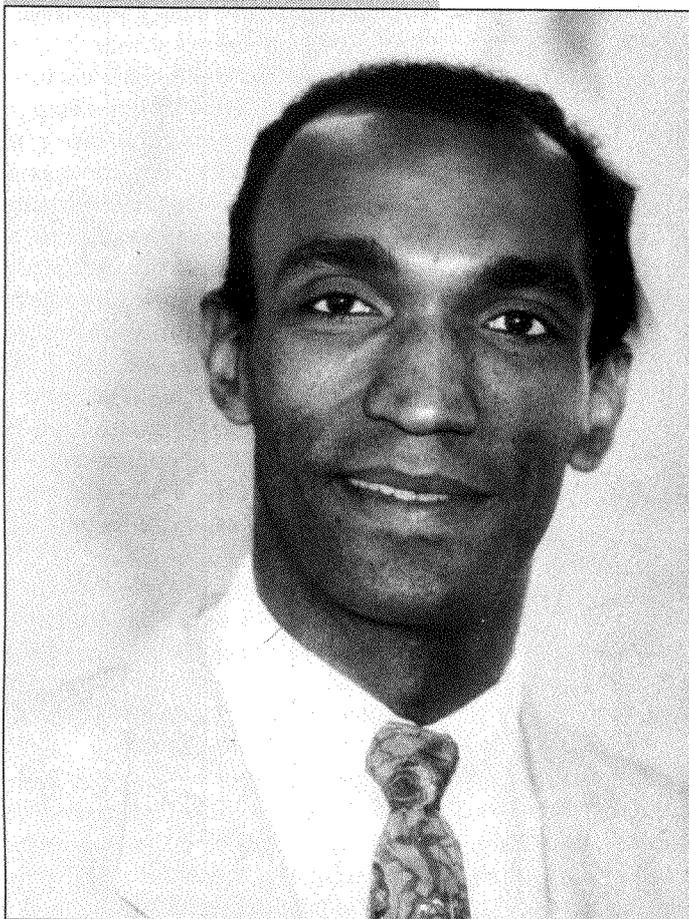


ARQUIVO 21

Artigo

OS PARÂMETROS DA EVOLUÇÃO DOS ACORDOS DE INTEGRAÇÃO REGIONAL

Os Acordos de Primeira e Segunda Geração



JORGE LUIS RIBEIRO DOS SANTOS,
Professor do Curso de Comércio Exterior da FCG/UNA.

A evolução recente dos acordos de integração regional no espaço e Caribe - nas décadas de 60 e 70, com

americano evidencia um grande avanço qualitativo e quantitativo, se compararmos os objetivos e alcance dos acordos comerciais de Primeira Geração tais como o Pacto Andino¹, assinado em 1969, o MCCA - Mercado Comum Centro Americano², assinado em 1969 e o CARICON³ - Comunidade do Caribe - assinado em 1973, inspirados pela CEPAL - Comissão Econômica para a América Latina

os chamados acordos de Segunda Geração, celebrados a partir dos anos 80 e que deram origem ao NAFTA⁴ (North American Free Trade Agreement), assinado em 1993 ao MERCOSUL⁵ - Mercado Comum do Sul, assinado em 1991, e outros mais recentes.

Na década de 80, os fatores de cooperação ganharam um novo impulso no hemisfério americano, especialmente na América Latina, graças ao restabelecimento e consolidação do regime democrático nos países da Região e ao processo de relativa homogeneização econômica, decorrente da abertura comercial, empreendida pelas políticas liberalizantes adotadas pelos países latino-americanos.

Em 1995, a participação da corrente comercial dos blocos americanos no comércio internacional apresenta o seguinte perfil:

¹ Países Membros: Bolívia, Colômbia, Equador, Peru e Venezuela.

² Países Membros: Costa Rica, El Salvador, Guatemala, Honduras, Nicaragua.

³ Países Membros: Antigua e Barbuda, Bahamas, Barbados, Belize, Dominica, Granada, Jamaica, São Cristovão e Névis, Santa Lúcia e Granadina, Trinidad e Tóbagu.

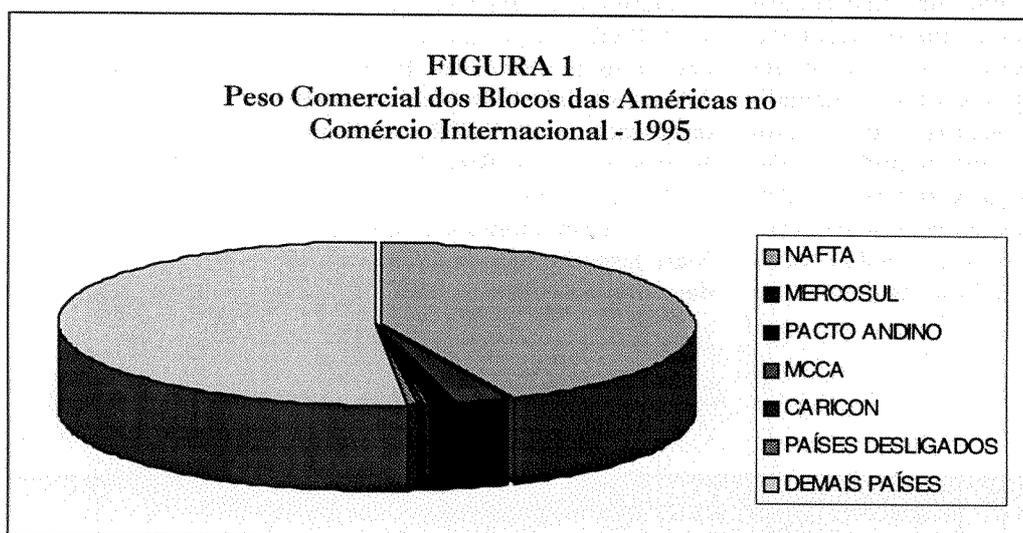
⁴ Países Membros: Canadá, Estados Unidos e México.

⁵ Países Membros: Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai.

TABELA 1
Corrente Comercial e Peso Comercial Mundial dos Blocos das Américas
no Comércio Internacional - 1995
- US\$ milhões -

BLOCOS	CORRENTE COMERCIAL	PESO COMERCIAL MUNDIAL
NAFTA	2.111.000	43,08%
MERCOSUL	140.739	2,87%
PACTO ANDINO	59.830	1,22%
MCCA	14.692	0,30%
CARICOM	10.894	0,22%
Subtotal	2.337.155	
Demais Países das Américas (Países Desligados)	36.537	0,75%
Demais Países do Mundo	2.373.692	51,56%
MUNDO	4.900.000	100,00%

Fonte: ALCA, Estatísticas, CNI.



Paralelamente, as rápidas e profundas mudanças no cenário político e econômico introduzidas na América Latina, e seus desdobramentos comerciais positivos dentre os quais sobressai-se o êxito alcançado pelo MERCOSUL, a defesa do regionalismo passou a ganhar cada vez mais força no discurso oficial da política externa norte-americana, rompendo assim, com uma tradição que vinha desde o pós-guerra, baseada na defesa incondicional do multilateralismo. Premidos pela perda do dinamis-

mo e competitividade da sua economia nas duas últimas décadas, os EUA vêm adotando como parte de sua estratégia para restaurar sua hegemonia a celebração de acordos preferenciais e de integração rasa no âmbito da APEC - Fórum de Cooperação da Ásia e Pacífico - e do NAFTA, e agora o projeto de construção de uma Área de Livre Comércio nas Américas, uma vasta colcha de retalhos, extraordinariamente diversificada, que cobre 34 países com acentuados desníveis macroeconômicos

e que se reagrupam em torno de diversos nichos de interesses econômicos e comerciais que animam uma teia intrincada de acordos sub-regionais e bilaterais existentes atualmente na região. Estruturalmente heterogêneo, o espaço coberto pelo ambicioso projeto "terá como base os acordos sub-regionais e bilaterais existentes com vistas a ampliar e aprofundar a integração econômica hemisférica e tornar esses acordos mais parecidos"⁶.

⁶ Declaração Ministerial de Denver de 30/06/95. Denver/Colorado: OEA, 1995. 4p (extraído via internet: <http://www.sicc.oas.org/FTAA/denver/ministep.stm>)

Estabelecidos estes parâmetros, que reafirmam o compromisso com o livre comércio, as negociações envolvendo a integração econômica hemisférica, recolocam - na ordem do dia a afirmação: se o comércio traz ganhos para todos aqueles que dele participam, quanto mais livre ele for, maior será o ganho de todos os atores envolvidos desde que não ocorram desvios de comércio, mas sim "criação de comércio" como enfatiza a literatura sobre o comércio internacional. Dessa abordagem desdobra-se a proposta dos EUA em

defender uma imediata integração hemisférica, a partir da ampliação do NAFTA.

Acalentada pelo Governo George Bush e defendida pelo Governo de Bill Clinton, as gestões para a criação de uma Área de Livre Comércio do Alaska à Patagônia (na verdade o governo norte-americano não tem como negociar acordos comerciais, pois para isso, precisaria de autorização do Congresso - "fast track") resultaram na seguinte agenda:

- Reunião de Cúpula, em Miami, 1994
- Reunião Ministerial, em Denver, 1995
- Reunião Ministerial, em Cartagena das Índias, 1996
- Reunião Ministerial, em Belo Horizonte, 1997
- e a Reunião Ministerial prevista em Costa Rica, em 1998.

Configuração da ALCA: interesses e impasses

Para as regiões e países do hemisfério americano, que têm nos EUA o seu maior parceiro comercial, como é o caso dos países da América Central e Caribe, os países que já realizaram um profundo e amplo processo de liberalização da sua economia, como é o caso do Chile, não conheceriam custos tão altos para uma parceria com os EUA. Para esses países, as negociações para a criação da ALCA, do ponto de vista da complementariedade de interesses

comerciais, provavelmente, encaminhar-se-ão para posições consensuais, fortalecendo a estratégia que defende a imediata criação da área de livre comércio hemisférica. Porém, na América do Sul, a corrente de comércio representa menos de 20%; nos últimos 10 anos, o comércio Brasil/EUA evoluiu de forma desproporcionalmente favorável para este último; em contraste, o Brasil teve um crescimento quase nulo das exportações para os EUA. No igual

período, enquanto a média de crescimento das exportações do Brasil para a UE (União Européia) foi de 5%, 1/3 do crescimento das exportações dos EUA foram ocupadas com os países do NAFTA, realçando ainda mais a importância crescentes que os acordos preferenciais estão ocupando na estratégia da política comercial norte-americana. A Tabela 2, retrata as disparidades dos fluxos de comércio no âmbito continental.

TABELA 2
Comércio Exterior da ALCA - 1995
- US\$ milhões -

REGIÃO	EXPORTAÇÃO	%	IMPORTAÇÃO	%
América do Norte	934.700	83,40%	1.036.300	82,70%
América Central	71.058	6,34%	99.581	7,95%
América do Sul	114.926	10,25%	117.127	9,35%
ALCA	1.120.684	100,00%	1.253.008	100,00%

Fonte: ALCA, Estatísticas, CNI.

Dado a existência de fortes assimetrias entre as economias dos 34 países, vale lembrar que a ALCA não completa concessões especiais em caráter não recíproco ao parceiro menos desenvolvido, e nem possui mecanismos de financiamento capazes de drenar recursos para regiões ou países mais atrasados. Quais serão os impactos dessas assimetrias (especialmente

aquelas de largo espectro localizadas nas áreas industrial, econômica e comercial) para as economias dos países latino-americanos industrialmente maduros, mas com graves problemas de desníveis regionais que ainda não completaram a transição de uma economia fortemente protegida para um grau maior de abertura econômica? A ALCA pode representar uma nova

estratégia para os países tentarem obter regionalmente o que não conseguiram multilateralmente?

As respostas que serão dadas pelos 34 países que negociam a construção da ALCA àquelas questões levantadas - seja a resposta dada por um país dominante, forte o suficiente para impor a sua estratégia aos demais, seja

a resposta dada por um conjunto de países aglutinados em torno de um acordo sub-regional de comércio ou seja a resposta dada a combinação das duas respostas anteriormente mencionadas, condicionarão, necessariamente, o ritmo e o perfil da integração hemisférica. A forma como essas questões respondidas e encaminhadas poderá revelar se a pretendida integração

hemisférica será dotada de suficiente flexibilidade para acomodar os interesses conflituosos, competitivos e antagonicos resultantes (não apenas das assimetrias que marcam todos os níveis da realidade do hemisfério americano), mas principalmente capacidade, até então inédita, de alguns governos latino-americanos conseguirem articular em bloco interesses e estratégias

relativas a seu projeto de inserção no comércio hemisférico e internacional. Sob este aspecto, o MERCOSUL vem se destacando na defesa de uma integração hemisférica gradual e escalonada, sem perder de vista a importância do aprofundamento da União Aduaneira e a celebração de novos acordos comerciais com outros blocos, especialmente a União Européia.

O Brasil frente a ALCA

Para o Secretário de Assuntos de Integração do Itamaraty, embaixador José Botafogo Gonçalves, "não resta ao país e ao MERCOSUL outra alternativa a não ser engajar-se no projeto do novo bloco (ALCA), buscando aumentar a produtividade da indústria para competir nesse mercado"⁷.

A intensidade do engajamento do Brasil na ALCA, provavelmente vai depender muito do ritmo da transição de uma economia que nos últimos 40 anos, sempre foi muito fechada. Para sair de um regime de protecionismo excessivo para outro de grande abertura, é preciso haver uma transição; especialmente no caso da economia brasileira, dado o seu

tamanho e complexidade. A tabela 3 mostra a posição relativa, que é favorável, do Brasil no contexto da ALCA.

A despeito das dificuldades e complexidades inerentes a essa transição, o Governo brasileiro, desde 1994, vem demonstrando uma razoável capacidade de iniciar reformas importantes para tornar a economia mais aberta e competitiva, como, por exemplo, a flexibilização dos monopólios estatais (telecomunicações, energia e petróleo) e abertura de mercado nas áreas de informática. Outras reformas constitucionais, como a abertura de concorrência para as empresas de avião e as concessões para exploração, pelo setor

privado, de estradas e portos. Essas reformas, sem dúvida, apontam para uma nova frente de ações articuladas a um projeto de estímulo a produtividade da indústria e maior abertura da economia brasileira.

Resta indagar se o grande esforço que vem sendo realizado pelo Brasil, relativo a abertura da sua economia, terá reciprocidade. Para citar apenas um exemplo (que reforça o compromisso com o livre comércio), o desmantelamento dos Acordos Multifibras e a eliminação das medidas de anti-dumping (utilizadas com frequência contra as exportações brasileiras) seria um bom início para a reforma da política comercial dos EUA.

TABELA 3
Quadro Comparativo Brasil e ALCA - 1995

	ALCA	BRASIL	BRASIL/ALCA
PIB (US\$ bilhões)	9.253	637	6,88%
POPULAÇÃO (milhões de habit.)	758	161	21,24%
EXPORTAÇÕES (US\$ milhões)	1.121	47	4,16%
IMPORTAÇÕES (US\$ milhões)	1.253	50	3,96%

Fonte: ALCA, Estatística, CNI.

⁷ GONÇALVES, José Botafogo. O Brasil quer a ALCA. Revista CNI Indústria e Produtividade, Brasília, v. 30, n. 299, p. 4-7, fev. 1997.